

Jornal do Commercio (RJ) – 19/03/2014

Governo recorre à Coner

Diretoria da Aneel aprova a devolução do saldo da Conta de Energia de Reserva aos agentes do setor e estimativa é de que até R\$ 2,9 bilhões sejam transferidos este ano em parcelas mensais, dos quais de 75% a 80% às empresas distribuidoras

Inseguro com o pacote de R\$ 12 bilhões que anunciou na semana passada para socorrer o caixa das distribuidoras de eletricidade, o governo continua recorrendo a manobras para financiar o rombo aberto pelo uso generalizado de termelétricas. A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a devolução do saldo da Conta de Energia de Reserva (Coner) aos agentes do setor.

A medida será implementada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que já foi convocada a colaborar na solução para evitar o colapso das concessionárias com o alto custo da eletricidade no mercado de curto prazo.

A estimativa da Aneel é de que, neste ano, o fundo setorial Coner devolva até R\$ 2,9 bilhões, divididos em parcelas mensais, sendo que de 75% a 80% devem ser transferidos às distribuidoras. O resto irá para outros agentes, como autoprodutores de energia e consumidores do mercado livre. Segundo o superintendente de Estudos do Mercado da Aneel, Frederico Soares, a primeira devolução deverá ocorrer em 12 e 13 de abril, quando serão liquidadas as operações do mercado de energia de curto prazo relativas a fevereiro. Esse repasse é estimado entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões.

Criada em 2009, a Coner é um encargo pago por consumidores livres e residenciais para financiar a geração de energia por usinas eólicas, de biomassa e por pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) durante o ano todo. Essa energia de reserva é contratada pelo preço de leilão, mas é liquidada pelo valor médio do mercado de curto prazo. Quando esse valor está baixo, o consumidor arca com a diferença, mas quando está alto, como agora, o usuário recebe um crédito, que é depositado na Coner.

Soares, da Aneel, admitiu que a utilização de dinheiro do fundo visa reduzir o total de recursos que a CCEE foi autorizada a buscar, via empréstimos bancários, para cobrir as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo. Na última quinta-feira, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e autoridades do setor elétrico anunciaram a captação de R\$ 8 bilhões pela CCEE em bancos privados e públicos, incluindo o BNDES. Esse montante será completado com R\$ 4 bilhões em aporte do Tesouro à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para amparar as concessionárias.

Na prática, o arranjo concebido pelo secretário do Tesouro, Arno Augustin, não emplacou, antes mesmo de ser testado. O jeito foi então apelar, poucos dias depois, para uma medida extra, a fim de evitar problemas quando a conta da energia contratada no atacado em fevereiro, ainda mais alta que a de R\$ 2,8 bilhões registrada em janeiro, for cobrada das distribuidoras. "A ação adotada pelo governo até agora não é um socorro, mas algo necessário para garantir a operação do setor elétrico. Melhor seria ter havido um planejamento que evitasse distorções tão grandes entre custos e receitas", disse **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**.

Fábio Cuberos, diretor da consultoria Safira Energia, ressaltou que o pacote só resolve momentaneamente o fluxo financeiro das distribuidoras, com a perspectiva de resgatar os valores empenhados com impostos e reajuste da conta de luz. "Isso

sem falar que não sabe ainda como se dará a operação com a CCEE, e se será suficiente, acrescentou.

Lobão

A Comissão de Fiscalização e Controle vai votar na próxima semana proposta do senador Randolfe Rodrigues (PSOLAP) para que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, compareça a audiência pública sobre o tema. Na semana passada, na Comissão de Infraestrutura, o secretário-executivo da pasta, Márcio Zimmermann, minimizou as turbulências; horas depois, anunciou um pacote de socorro às distribuidoras.

Setor elétrico sob tensão

Representantes do governo se reuniram na tarde de ontem no Ministério de Minas e Energia (MME) com representantes das principais associações do setor elétrico para tentar acalmá-los em relação ao cenário adverso e às estimativas que apontam para o risco de um racionamento nos próximos meses.

Segundo participantes, a apresentação se concentrou na mensagem de que o risco iminente de um desabastecimento de eletricidade no País estaria afastado, graças às margens de segurança disponíveis ao sistema interligado. Desta forma, não haveria motivo para alarme. A reunião convocada às pressas terminou no começo da noite. Os executivos foram informados ainda que o Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste enfrentam neste ano o terceiro pior momento hidrológico da série histórica de 80 anos. O agravante, ressaltaram os representantes do governo, é o fato de essas regiões estarem simultaneamente em dificuldades nos níveis de seus reservatórios de hidrelétricas. Eles também asseguraram aos dirigentes que há expectativa de que as chuvas retornem com mais força a partir do dia 20.

Questionamento

A conversa transcorreu em um momento de crescente tensão no setor. Menos de uma semana após o anúncio de um pacote de socorro às distribuidoras, o governo informou ontem que usaria recursos de um fundo setorial para reforçar estas mesmas medidas. Mais cedo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negou o pedido da concessionária paulista Cesp para impugnar o edital de leilão da hidrelétrica de Três Irmãos. A licitação está marcada para o próximo dia 28. Atual operadora da usina, a Cesp perdeu os direitos após rejeitar as condições impostas pela União para renovar o contrato com perda de receitas. O governo decidiu, então, licitar novamente a usina. O questionamento da empresa estava na exclusão de eclusas e do canal de navegação do pacote a ser leiloado. A União considerou esses equipamentos como parte do sistema de transporte aquaviário. (SR)